

DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO VALE DO MUCURI

Equality of opportunities in the access to higher education:
the case of the Mucuri Valley

Geórgia Fernandes Barros

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo mensurar o nível de desigualdades de oportunidades existentes em relação ao acesso ao ensino superior no estado de Minas Gerais, e, de forma mais específica, para os municípios do Vale do Mucuri. Para tanto, foi utilizada a metodologia de cálculo de um índice de desigualdade de oportunidades (IOP) baseada em Barros et al. (2008), que parte do pressuposto de que se a igualdade de oportunidades é consistente na sociedade analisada, deve haver uma distribuição exata entre população e oportunidades. Observou-se que a maior parte dos municípios do Vale apresentam índices de dissimilaridade superiores à média do estado, com destaque para o município de Machacalis.

Palavras-Chave: Desigualdade de oportunidades. Educação superior. Vale do Mucuri.

Abstract: This study aimed to measure the level of inequality of opportunities in relation to higher education access in the state of Minas Gerais, and, more specifically, in the municipalities of the Mucuri Valley. For this purpose, the methodology for calculating an index of inequality of opportunity (IOP) based on Barros et al. (2008) was used, which assumes that if equal opportunities is a consistent assessed in society, there must be an exact distribution between population and opportunities. It was observed that most Valley's cities had rates higher than the average dissimilarity of the state, especially the city of Machacalis.

Keywords: Inequality of Opportunities. Higher Education. Mucuri Valley

Geórgia Fernandes Barros

Doutora em Economia Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do CEDEPLAR/UFMG, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004).

Atualmente é professora titular da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

E-mail: georgiafbarros@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo mensurar a desigualdade de oportunidades na realização do ensino superior nos municípios do Vale do Mucuri. Parte-se do princípio de que a desigualdade de oportunidades depende de forma fundamental da desigualdade educacional. Nesse sentido, o estudo contribui para uma melhor compreensão da desigualdade de oportunidades nesta região, além de estender a aplicação realizada por Barros et al. (2008) para o campo da educação superior.

A análise se referencia na proposta de Romer (1998), segundo a qual os resultados econômicos dos indivíduos podem ser observados como uma função de fatores de responsabilidade e de não responsabilidade, de maneira que a desigualdade advinda das variáveis de circunstância (não responsabilidade) são socialmente indesejáveis. O autor defende a equalização das vantagens para cada centil da distribuição de esforço, ao longo de diferentes tipos de indivíduos. Para realizar a mensuração da desigualdade de oportunidades foi adotada a proposta metodológica de Barros et al. (2008).

O trabalho se divide em três partes. Após a introdução, são apresentadas na parte 2 discussões multidimensionais acerca da pobreza e da desigualdade, assim como o conceito de desigualdade de oportunidade e a forma utilizada de se mensurá-la. Na parte 3, são realizadas as análises descritivas e apresentados os resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desigualdade e pobreza: uma abordagem multidimensional

A pobreza se torna objeto de investigação científica a partir da Revolução Industrial e sua concepção ampliou-se, progressivamente, de maneira que o conceito passou a incorporar uma acepção de complexidade e multidimensionalidade.

Conforme observa Codes (2008), à noção inicial de subsistência, pela qual a pobreza era definida pelo critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo, surgiram concepções cada vez mais abrangentes e não exclusivas, que se estruturaram desde a formulação das necessidades básicas, a qual instituiu a perspectiva multifacetada da pobreza, até as formulações de privação relativa, baseada na definição de que a pobreza é definida socialmente e as de privação de capacidades, que direcionam a discussão para os campos da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade.

Assim, a ênfase na questão das liberdades individuais, de direito e de democracia contribuíram para uma visão mais abrangente sobre a condição de vida do pobre e do papel que ele desempenha na sociedade, con-

ferindo ao conceito de pobreza um caráter multidimensional e complexo, embora ainda não consensual.

Tomando por base esses desenvolvimentos do conceito, a pobreza pode ser definida considerando-se dois aspectos: unidimensional e multidimensional. No primeiro caso, a pobreza relaciona-se à insuficiência monetária e no segundo caso assume o caráter de privação das capacidades. Esses aspectos se orientam pelo universo de informações utilizado em uma dada perspectiva, isto é, pela escolha do critério da renda (abordagem mais tradicional) ou de um conjunto mais amplo de informações, a partir de uma concepção multidimensional da pobreza e da desigualdade (conforme proposto por Amartya Sen).

Com foco mais específico na abordagem multidimensional, a abordagem das capacitações e funcionamentos fornece um *background* que irá abarcar os múltiplos aspectos sob os quais a pobreza pode se manifestar. Com base nessa perspectiva, o estudo da pobreza não deve limitar-se ao acesso a bens materiais e sociais, sendo necessário que os indivíduos tenham a capacidade de utilizá-los eficazmente, em outras palavras, que sejam livres para buscar seu bem-estar (Sen, 2000b).

O estudo das capacitações tem origem nos trabalhos de Amartya Sen (1979, 1982, 2000), e tem sido desenvolvido por vários autores ao longo dos últimos anos¹. Essa abordagem se tornou um novo e importante paradigma no pensamento sobre desenvolvimento econômico, ao fornecer uma visão de vários aspectos inter-relacionados como qualidade de vida, justiça e deveres (Comim; Qizilbash, Alkire, 2008). Não se trata, entretanto, de uma formulação completa, mas sim aberta a novas contribuições (Qizilbash, 2008).

Na abordagem desenvolvida por Sen (2000), as necessidades não são uniformes, mas se relacionam à diversidade humana: seres humanos distintos ensejam necessidades e prioridades distintas². Ainda segundo esse autor, a qualidade de vida de uma pessoa é constitutivamente plural, incluindo dimensões econômicas e não econômicas. Desse modo, a abordagem das capacitações irá focalizar não somente os recursos materiais, como a renda, mas também as dimensões sociais e políticas da pobreza³.

Centrais à abordagem são os conceitos de capacitações e funcionamentos:

O conceito de 'funcionamentos', que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (Sen, 2000, p. 95).

A "capacitação" [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de

funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda (Sen, 2000, p. 95).

As funcionalidades são diferentes para diferentes grupos e em diferentes medidas (Sen, 2005, p. 157-160) e devem refletir coisas que as pessoas valorizam fazer ou ser⁴ (Sen, 1999, p. 74-6). As capacitações refletem as oportunidades ou liberdades reais dos indivíduos. Nesse sentido, os objetos de valor, não estão mais restritos ao universo do “ter”, mas também contemplam o “ser” e o “fazer” (Santos, 2007).

A pobreza é então definida como um fenômeno multifacetado, e entendida como a falha de certos funcionamentos básicos⁵ e não apenas como insuficiência de renda ou de recursos, bens primários ou de necessidades básicas. O conceito de pobreza utilizado é relativizado, pois, além da questão da renda e fome, há uma pobreza que é relativa, que envolve a participação social, a inclusão e exclusão da pessoa, o exercício da cidadania e o seu empoderamento (*empowerment*) no grupo. Nas palavras de Sen (1993, p. 41), “identifying a minimal combination of basic capabilities can be a good way to determine the problem of diagnosing and measuring poverty”.

Sen (2000) destaca os seguintes argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades: (I) concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente); (II) existem outras influências sobre a privação de capacidades além da renda; (III) a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos. Observe-se, entretanto, que a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não deixa de considerar que a renda baixa seja uma das principais causas da pobreza, uma vez que a uma renda inadequada⁶ pode ser uma razão da privação das capacidades de uma pessoa (Sen, 2000, p. 109).

Desse modo, a abordagem de capacitações é um *framework* que irá analisar e validar arranjos sociais, padrões de vida, desigualdade, pobreza, justiça, qualidade de vida e bem-estar. O propósito essencial da abordagem é ampliar o espaço informacional em avaliações normativas e potencializar o debate público e deliberação democrática para decidir sobre questões relativas à qualidade de vida e justiça, assim como suas relações com outros valores. Esse espaço informacional mais amplo deve ser modelado por ações autônomas, de modo a refletir em diferentes níveis a liberdade de as pessoas viverem de acordo com o que elas valorizam. Conforme apontado por Sen (1999, p. 53), as pessoas, dadas as oportunidades, devem estar envolvidas ativamente, sendo capazes de modelar seu destino.

Nesse sentido, a concepção das capacitações desenvolvida por Sen (2000) permitiu a melhor compreensão da natureza e das causas da pobreza e da desigualdade, a partir de bases informacionais mais consistentes, embora permaneçam divergências entre os pesquisadores sobre quais as dimensões mais relevantes, quais os indicadores utilizados para representar cada uma das dimensões e seus respectivos pesos, e como agregar a pobreza de todas as pessoas para se obter uma medida escalar e representativa.

2.2 Desigualdade de oportunidades: conceituação

O conceito de desigualdade de oportunidades possui raízes no trabalho de Raws (1971), que defende a ideia de que a igualdade deve ser discutida em termos dos recursos disponíveis para os indivíduos, e não em termos da renda. O foco de análise é a igualdade na distribuição dos bens primários, que irão incluir recursos como renda, saúde, oportunidades, as bases sociais do respeito próprio, dentre outros.

Outro trabalho pioneiro na área foi o de Dworkin (1981), que, por sua vez, irá responsabilizar os indivíduos pelas consequências das escolhas por eles realizadas, mas defender que o que não estivesse sob controle deles deveria ser de alguma maneira compensado. Trata-se de uma concepção relacionada à justiça.

Com fundamento nessas concepções e com o intuito de fornecer um instrumental formalizado matematicamente e que pudesse servir de base para a proposição de políticas públicas, Roemer (1998), em seu livro *Equality of Opportunity*, desenvolve o conceito em torno da ideia central de que a liberdade de escolha das pessoas está relacionada às circunstâncias nas quais elas vivem. A abordagem está relacionada à questão da justiça social, isto é, à análise de se um sistema econômico e social é justo para seus membros.

Para Roemer (1998), os determinantes das vantagens pessoais (resultados desejados, como renda ou *status*) devem ser separados em circunstâncias e esforços. De acordo com esse autor, as circunstâncias são fatores economicamente exógenos à pessoa, como por exemplo, o gênero, a raça ou o local de nascimento. As circunstâncias podem afetar o resultado, mas não estão sob o controle do indivíduo. Os esforços, por outro lado, são determinantes do resultado que podem ser influenciados pelos indivíduos. São exemplos de esforços o nível educacional, a decisão de migrar, as horas trabalhadas/ano, etc⁷.

Nesse sentido, a desigualdade eticamente aceitável estaria relacionada ao nível de esforço de cada indivíduo. Por outro lado, a desigualdade tida como ilegítima ou não aceita eticamente consistiria naquela ocasionada pelas circunstâncias. Esse último tipo de desigualdade deveria ser compensada pela sociedade uma vez que não se encontra sob o controle dos indivíduos, sendo considerada socialmente indesejável.

A sociedade deve, em conformidade com essa concepção, atuar de maneira a “nivelar o terreno” (*level the playing field*), permitindo que os indivíduos obtenham resultados condizentes com seus esforços relativos:

What society owes its members, under an equal-opportunity policy, is equal access; but the individual is responsible for turning that access into actual advantage by the application of effort (Roemer, 1998, p. 24).

Romer (1998) propõe a separação dos indivíduos em quantis, de acordo com o esforço relativo realizado por eles, de maneira que o que deveria ser equalizado seria o resultado encontrado entre cada tipo dentro de um mesmo quantil de esforço. Desse modo, no âmbito de uma política de igualdade de oportunidades, os indivíduos que se esforçam na mesma medida devem possuir resultados iguais. Isto é, a política deve se direcionar a distribuir recursos de uma maneira que equalize (maximize) os resultados para todos aqueles que se encontram no mesmo centil de sua distribuição de tipo de esforço (Roemer, 1998). Em outras palavras, os benefícios devem ser direcionados de acordo com a propensão a dispendar esforços dos indivíduos (Romer, 1998, p. 15).

A análise é realizada a partir da decomposição da iniquidade de uma determinada distribuição de renda a partir da criação de duas distribuições contrafactuais. A primeira está isenta da desigualdade relativa às circunstâncias, e a segunda isenta das desigualdades relacionadas aos esforços realizados. A desigualdade de oportunidades é então medida com base em dois indicadores: um que considera a diferença entre as desigualdades da distribuição atual e da distribuição livre de diferenciais de circunstâncias e outro que considera a desigualdade relacionada apenas aos fatores de circunstância.

A igualdade de oportunidades é então definida como uma situação em que resultados relevantes (vantagens) são distribuídos independentemente das circunstâncias. Em outras palavras, uma situação em que bem-estar econômico no interior de grupos de pessoas com circunstâncias idênticas não variará ao longo desses grupos.

Essa abordagem se aproxima daquela desenvolvida por Sen, na medida em que a justiça também é um aspecto central para o desenvolvimento. Ao enfatizar o aprimoramento do conjunto de escolhas do indivíduo, a abordagem das capacitações preocupa-se diretamente com as reais oportunidades que as pessoas possuem na vida. Além disso, a essência multidimensional da abordagem de capacitações se relaciona diretamente à análise de desigualdade de oportunidades. Uma ideia singular da abordagem de capacitações é separar funcionamentos de capacitações, isto é, resultados de chances de atingi-los. Roemer (1998) utilizará os termos vantagens e oportunidades. A desigualdade de oportunidades pode ser vista como desigualdades nas capacitações (em vez de desigualdade nos funcionamen-

tos). Nesse sentido, as duas abordagens podem ser combinadas de modo a se identificar os fatores que influenciam o conjunto de capacitações dos indivíduos que não estão sob seu controle (KrishnaKumar; Juárez, 2011).

2.3 Mensuração da desigualdade de oportunidades

O conceito de (des)igualdade de oportunidades tem sido amplamente discutido na literatura econômica, em especial na América Latina (Krishna Kumar; Juarez, 2011). Alguns desses estudos buscam desenvolver medidas de desigualdade de oportunidades com base em variáveis de esforço e circunstância (como é o caso das análises de Lefranc, Pistolesi e Trannoy (2008), Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007), Marrero e Rodríguez (2010), citados por Krishna Kumar; Juarez (2011)). Outros trabalhos, partindo da premissa de que os esforços dos indivíduos não são diretamente observáveis, constroem um índice baseado apenas nas características pessoais, como é o caso de Barros et al. (2009).

Checci, Peragine e Serlenga (2010) apontam que a mensuração da desigualdade de oportunidades nas diferentes abordagens divide-se em *ex-ante* e *ex-post*. Na abordagem *ext-ante*, há desigualdade de oportunidades quando o conjunto de oportunidades não é o mesmo para todos os indivíduos independentemente das circunstâncias. A população é dividida em classes de oportunidades, e cada classe é composta por indivíduos com mesmo conjunto de circunstâncias: a distribuição de resultados no âmbito de uma classe de circunstâncias é interpretada como o conjunto de oportunidades com o qual se depara os indivíduos constantes na classe. Para medir a desigualdade de oportunidades, nesse caso, o foco recai sobre a desigualdade entre tipos (classes).

Já na abordagem *ex-post*, há igualdade de oportunidades se e somente se todos aqueles que exercem o mesmo nível de esforço possuem o mesmo resultado. A desigualdade de oportunidades, segundo essa aproximação, é medida por classes de responsabilidade, isto é, conjuntos de indivíduos com o mesmo nível de esforço.

Este estudo também contribui para ampliar o debate ao mensurar o nível de desigualdades de oportunidades existentes em relação ao acesso ao ensino superior no estado de Minas Gerais, em específico, para os municípios do Vale do Mucuri. Para tanto, será utilizada a metodologia de cálculo de um índice de desigualdade de oportunidades (IOP) baseada em Barros et al. (2008), descrita a seguir.

O índice de desigualdade de oportunidades desenvolvido por Barros et al. (2008) é uma medida sintética de desigualdade de oportunidades, inspirada a partir da função de bem-estar social de Sen (1999). Compõe-se de dois elementos: a) oportunidades disponíveis, que converge a uma taxa de serviços básica; e b) quantidade de oportunidades a serem distribuídas igualitariamente, convergindo a circunstâncias exógenas. Nesse sentido, variações exógenas afetarão o resultado.

O índice pode ser utilizado para mensurar, com base em um único indicador, o nível absoluto de oportunidade básica de acesso a um dado serviço (como o acesso ao ensino superior) na sociedade e o grau de igualdade de distribuição dessas oportunidades.

O índice, utilizado para variáveis binárias, é dado por:

$$IOP = \bar{p}(1-D),$$

em que \bar{p} é a taxa média de acesso ao serviço, isto é, indica a proporção da população que tem acesso a um bem ou serviço; D é o índice de dissimilaridade, que indica a proporção de desigualdade que deveria ser realocada de um grupo para outro, de forma a anular a desigualdade de oportunidades entre grupos sociais; e $(1-D)$ reflete, assim, a proporção devidamente alocada aos indivíduos. Esse índice irá demonstrar o percentual de oportunidades disponíveis alocadas de acordo com o princípio de igualdade de oportunidades.

Intuitivamente, IOP mostra o acesso a oportunidades básicas, a taxa de cobertura e a descontinuidade, no caso de alocações desiguais. Assim, o indicador é guiado por duas forças: a) nível de D , em que o aumento de prevalência aumenta o indicador, b) uma melhoria no acesso de oportunidade é alocada (reduzindo D), melhora o indicador.

O índice de dissimilaridade é dado por:

$$D = \frac{1}{2\bar{p}} \sum_{k=1}^m \alpha_k |\bar{p} - p_k|$$

em que α_k é a proporção da população total no grupo socioeconômico k ; p_k é a proporção da população no grupo socioeconômico k com acesso à oportunidade e \bar{p} é a média de acesso à oportunidade na população. Barros et al. (2008) denominam o índice de dissimilaridade de desigualdade de oportunidades.

O Índice D pode então ser utilizado para medir a dissimilaridade existente no grau de acesso a determinado serviço por grupos definidos através das características circunstanciais (como: gênero, nível de educação dos pais, raça, dentre outros) em relação à com a taxa média de acesso a esse mesmo serviço por toda a população que está sendo analisada. Desse modo, pode ser interpretado como a parcela de oportunidades que deveriam ser realocadas entre os indivíduos de diversos tipos selecionados para que a igualdade de oportunidade seja alcançada.

Na formulação desse índice, Barros et al. (2008) partem do pressuposto de que se a igualdade de oportunidades é consistente na sociedade analisada, deve haver uma distribuição exata entre população e oportunidades. Assim, conforme exemplificado pelos autores, se metade da po-

pulação apresenta circunstâncias do grupo A, 35% do grupo B e 15% do grupo C, as suas distribuições de oportunidade poderão ser apresentadas nessas mesmas proporções. O indicador -D, tende de 0 a 1 (0 a 100 em termos percentuais), e em situação de perfeita igualdade de oportunidade, iguala-se a zero.

3 METODOLOGIA

3.1 Base de dados e variáveis

Para a realização do presente trabalho foi utilizado o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Os censos demográficos têm por objetivo coletar informações sobre a situação de vida da população e se constituem na única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas. Permitem, ademais, estudos e planejamentos acerca de distribuição, concentração e desigualdade de renda, aspectos demográficos e socioeconômicos, dentre outros (IBGE, 2012).

Seguindo o modelo de mensuração de desigualdade de oportunidades sugerido por Barros et al. (2008) descrito na seção 2.4, foi considerada como variável dependente a realização ou não de curso superior nos municípios constituintes do Vale do Mucuri.

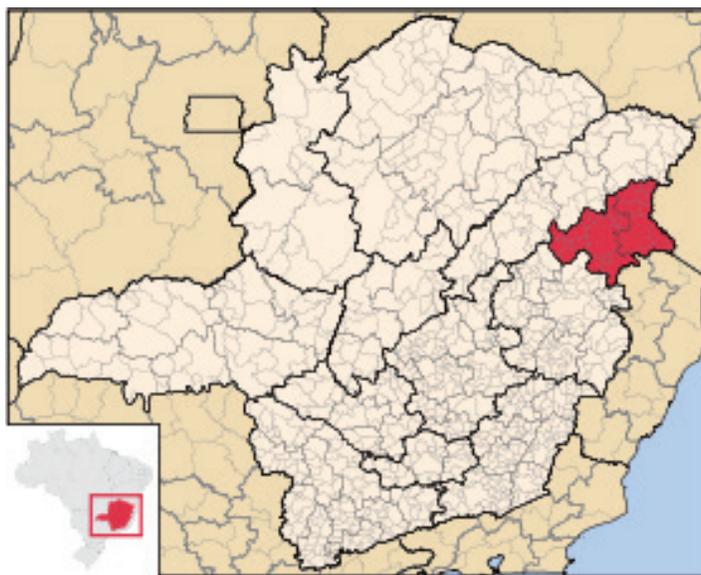
As variáveis de circunstância utilizadas para melhor realização ou não de curso superior foram sexo, cor, situação do domicílio (urbana, rural), acesso à infraestrutura em termos de água, coleta de lixo, saneamento básico e disponibilidade de energia elétrica no domicílio, se o indivíduo era solteiro ou não, se o chefe do domicílio era mulher ou não e se havia parente no domicílio (pai e/ou mãe) com curso superior.

3.2 Análise descritiva

A região do Vale do Mucuri, localizada no estado de Minas Gerais (Mapa 1), abrange uma área de 23.221,40Km² e é formada por vinte e sete municípios, a saber: Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Crisólita, Franciscópolis, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Pavão, Poté, Serra dos Aimorés, Umburatiba, Ataleia, Bertópolis, Campanário, Caraiá, Catuji, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Ouro Verde de Minas, Pescador, Santa Helena de Minas e Setubinha.

Com uma população de 689.410 pessoas, trata-se de uma das regiões mais pobres do estado e do país.

Mapa 1: Vale do Mucuri



Fonte: IBGE (2010)

A população concentra-se majoritariamente na área urbana (77,51%).

A Tabela 1 abaixo demonstra que a maior parte da população da região (46038 indivíduos) é da cor parda.

34

Tabela 1: Distribuição da população por cor

Cor	Minas Gerais	V. Mucuri
Branca	0.45	0.22
Preta	0.09	0.09
Amarela	0.01	0.01
Parda	0.45	0.67
Indígena	0.00	0.01
Ignorado	0.00	0.00
Ignorado	0.00	0.00
Total	1	1

Fonte: Censo IBGE (2010)

A distribuição da população entre homens e mulheres é relativamente proporcional. Considerando uma linha de pobreza monetária de metade do salário mínimo, cerca de 5% da população se encontra abaixo da linha de pobreza⁸. Apenas 201 (0.64%) indivíduos possuem curso superior na idade compreendida entre 18 e 24 anos e em 18% desses casos havia pai ou mãe no domicílio com curso superior.

Ao retirar-se o controle da idade, 2229 indivíduos aparecem com curso superior (9% da população da região do vale contra uma média de

16% no estado). Destes, 70% são mulheres e 2,8% trabalham. Além disso, observou-se que, dos chefes de família com curso superior, 53% são mulheres contra 47% de homens.

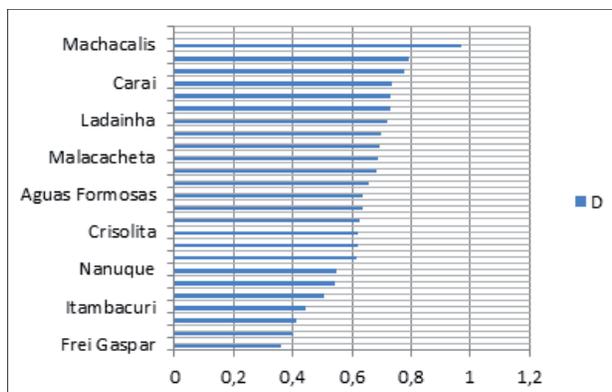
No que diz respeito à infraestrutura, apenas 46,4% dos domicílios são servidos por rede de distribuição de água canalizada; todos os domicílios declaram ter acesso à alguma forma de fornecimento de energia e 93% declararam haver esgotamento sanitário do tipo rede geral ou pluvial ou fossa séptica.

3.3 Indicador de desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior no Vale do Mucuri

Em conformidade com as regressões *probit* estimadas, mais mulheres do que homens no Vale do Mucuri e também em Minas Gerais realizam curso superior, considerando idade de até 24 anos. No entanto, se a mulher é chefe de família, o impacto passa a ser negativo. Foram considerados significativos tanto para o Vale quanto para Minas, a cor branca, residência na área urbana, a renda familiar per capita, o fato de trabalhar, de ser solteiro, densidade morador/dormitório e o fato de possuir parentes com curso superior no domicílio. A variável acesso à infraestrutura foi significativa apenas para Minas Gerais (Anexo 1).

O indicador de dissimilaridade de desigualdade de oportunidades calculado para Minas Gerais e para o Vale do Mucuri⁹ como um todo são da ordem de 0,5718 e 0,6071, respectivamente. Desse modo, pode-se observar que a desigualdade de oportunidades é maior no Vale, quando comparada àquela do estado. O índice, calculado para os municípios podem ser vistos no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1: Índice de dissimilaridade no acesso ao ensino superior Vale do Mucuri (2010)



Fonte: estimado pela pesquisa, 2010

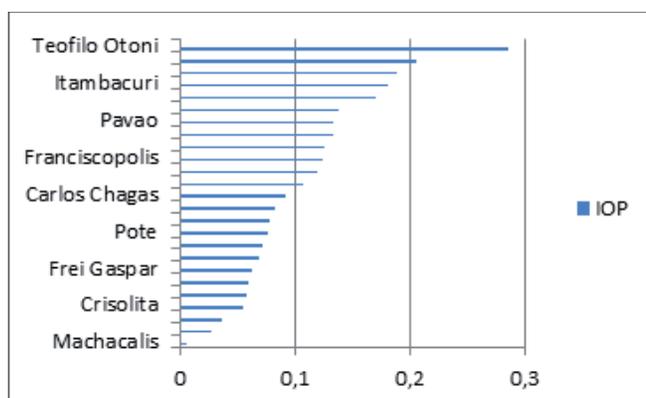
Obs. Os municípios de Umburatiba e Ataleia não apresentaram indivíduos na situação considerada (idade de até 24 anos e curso superior).

Conforme se pode observar, o município de Machacalis é o que apresenta maior dissimilaridade no acesso ao ensino superior no que diz respeito às variáveis explicativas consideradas. Trata-se de um município composto majoritariamente por população indígena em que aparece apenas um indivíduo com curso superior na faixa etária considerada de 18 a 22 anos.

Além disso, dos vinte e cinco municípios analisados, apenas sete possuem desigualdade menor ou comparável à do estado, sendo os mesmos Frei Gaspar, Franciscópolis, Serra dos Aimorés, Itambacuri, Teófilo Otoni, Setubinha e Nanuque.

O índice de desigualdade de oportunidades pode ser visualizado no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Indicador de desigualdade de oportunidades – IOP



Fonte: Estimado pela pesquisa (2010)

OBS: Os municípios de Umburatiba e Ataleia não apresentaram indivíduos na situação considerada (idade de até 22 anos e curso superior).

Pode-se observar Teófilo Otoni é o município com melhor posição no que diz respeito à alocação de ensino superior em conformidade com o princípio de igualdade de oportunidades, seguido de Nanuque. Isso pode ser explicado pela maior concentração de instituições de ensino superior na cidade, incluindo uma universidade federal (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). O município de Nanuque também possui uma concentração relativamente elevada de instituições de ensino superior, quando comparada às demais cidades.

No que diz respeito ao indicador para Minas e para o Vale do Mucuri, observou-se que ele é cerca de metade para o Vale, implicando uma posição desfavorável quanto ao indicador do estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo avaliar o impacto de algumas circunstâncias sobre a possibilidade de realização de ensino superior nos

municípios do Vale do Mucuri, em Minas Gerais. A análise partiu de uma percepção multidimensional acerca dos fatores que influenciam o acesso ao ensino superior na região.

Os fatores considerados foram sexo, cor, renda familiar *per capita*, chefe mulher, parentes no domicílio com curso superior de graduação, dentre outras.

Os resultados demonstraram diferenças significativas entre os municípios do Vale e entre o Vale e Minas Gerais. Foram encontradas menores desigualdades de oportunidades nos municípios de Teófilo Otoni e Nanuque, em termos das características analisadas. Tratam-se de municípios de maior porte e com maior concentração de instituições de ensino superior.

NOTAS

¹ Por exemplo Nussbaum (1999, 2000), Comim (2001), Qizilbash (2002), Martinetti (2000), Alkire (2005).

² Human diversity is no secondary complication (to be ignored, or to be introduced “later on”); it is a fundamental aspect of our interest in equality (Sen, 2000, p. xi) [...]. The idea of equality is confronted by two different types of diversities: (1) the basic heterogeneity of human beings, and (2) the multiplicity of variables in terms of which equality can be judged (Sen, 2000, p. 1).

³ Sen (1999, p.70-71) irá apontar como fontes de diversidade as heterogeneidades pessoais (como níveis educacionais, idade, saúde, etc), diversidades ambientais (ambiente físico, diferenças políticas), variações sociais (como cultura local, normas, capital social, etc.), diferenças nas perspectivas relacionais (por exemplo as hierarquias, relações de trabalho, dentre outras) e distribuição no âmbito da família (no que diz respeito à igualdade de distribuição de recursos, priorização, etc.).

⁴ A base filosófica da abordagem das capacitações possui raízes em Aristóteles, Adam Smith e Karl Marx (Robeyns, 2000). Conforme destaca Sen (2000), a abordagem de capacitações pode ser identificada com a abordagem de florescimento humano ou capacitações relativas à qualidade de vida e liberdade substantivas as quais derivam das ideias aristotélicas. A contribuição de Marx (1994) se refere à alusão ao fetichismo da mercadoria, isto é, mercadorias sendo tratadas como valiosas em si mesmas, quando na realidade ela possuem apenas relevância derivativa e variante, constituindo-se em meios para fins reais. As relações com a teoria de Adam Smith se referem às análises de necessidades e condições de vida. Smith apontou a necessidade de satisfazer algumas necessidades tais como “a habilidade de aparecer frente as pessoas sem ficar envergonhado” ou de fazer parte da vida de uma comunidade.

⁵ Deprivation is best seen in terms of the failure of certain basic functionings (such as being physically fit), rather than in terms of variables such as income or calorie intakes which should be seen as means and not as ends in themselves (Sen, 2002, 42).

⁶ Sen (1992, p. 111) explica que “ter uma renda inadequada não é uma questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente,

mas de ter uma renda abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacitações para a pessoa em questão”. Assim, de acordo com o autor, no espaço de rendas, “o conceito relevante de pobreza tem de ser a inadequação (para gerar as capacitações minimamente aceitáveis), em vez de um nível baixo (independente das características pessoais).”

⁷ Observe-se que Roemer considera não o grau de esforço absoluto que cada indivíduo exerce, mas o esforço relativo, que é o esforço do indivíduo em relação às outras pessoas de seu mesmo tipo, ou seja, as pessoas que estão sujeitas às mesmas circunstâncias.

⁸ A linha de pobreza foi calculada com base no salário do trabalho principal *per capita*.

⁹ Os indicadores de desigualdade de oportunidades foram estimados por meio do Stata 10.0 com a utilização do comando IOP desenvolvido por Soloaga ; Juárez (2012). A ideia principal da análise é capturar a importância das variáveis independentes na explicação das diferenças observadas na variável dependente, as quais retratam características que não são de responsabilidade do indivíduo.

5 REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. Why the capability approach? *Journal of Human Development*, v. 6, n. 1, p. 155-133, 2005.

BOURGUIGNON, F., FERREIRA, F.H.G. MENDÉDEZ, M. Inequality of opportunity in Brazil. *Review of Income Wealth*, p. 585-618, 2007.

CODES, A. L. M. *A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Texto para Discussão n. 1332, IPEA. 2008.

CHECCHI, D., PERAGINE, V.; SERLENGA, L. Fair and unfair income inequalities in Europe. *IZA Discussion Paper*, n. 502, 2010.

CHECCHI, D., PERAGINE, V. ; SERLENGA, L. Income inequality and opportunity inequality in Europe. *Rivista di Politica Economica*, n.9-10, p. 263-292, 2008.

COMIM, F.; QIZILBASH, M. ; ALKIRE, S. (Eds.) *The capability approach: concepts, measures and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COMIM, F. Operationalizing Sen's capability approach. Paper apresentado na Conference Justice and Poverty: examining Sen's Capability Approach, *Papers...* Junho, 2001, Cambridge, Inglaterra.

KRISHNAKUMAR, J.; JUAREZ, F. W. C. The impact of oportunidades on Inequality of opportunity in Rural and urban areas in Mexico. *Social Science Research Network*. 2011.

MARTINETTI, C. E. A Multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, n. 108, p.207-39, 2000.

NUSSBAUM, M. *Sex and social justice*. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. *Women and human development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PAES DE BARROS,R et al. Measuring Inequality of opportunity for children. Regional Study, Measuring Inequality of opportunity. *Latin America and the Ca-*

ribbean. 2008, v. 2, Background papers and appendices. Document of the World Bank. Disponível em < http://siteresources.worldbank.org/LACEXT/Resources/258553-1222276310889/Book_HOI.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

QIZILBASH, M. A note on the measurement of poverty and vulnerability in the south Africa Context. *Journal of International Development*. v. 14, p. 757-72, 2002.

_____. *Amartya Sen's capability view: insightful sketch or distorted picture?* In: COMIM, QIZILBASH ; ALKIRE (Eds.), p. 53-81, 2008.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

ROBEYNS, I. An Unworkable idea or a promising alternative? Sen's Capability Approach Re-examined. *Center for Economic Studies Discussion paper 00.30*. Leuven, 2000.

ROEMER, John E. *Equality of opportunity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

SANTOS, L. M. *Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro 2007*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, n. 44, p. 219-231, 1976.

_____. The welfare basis of real income comparisons: a survey. *Journal of Economic Literature*, v.17, n.1, p.1-45, March 1979.

_____. Equality of What?. In: MCMURRIN, S. (Org.). *Taner Lectures on Human Values*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

_____. *Choice, welfare and measurement*. Oxford: Basil Blackwell, p. 84-106, 1982.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. Cap. 11, p. 284-319, 1999.

_____. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar.1983.

_____. Well-Being, agency and freedom. *The Journal of Philosophy*, vol. XXXII, n. 4, p. 169-221, 1985a.

_____. *Commodities and capabilities*. Amsterdã, North Holland, 1985b.

_____. *Inequality Reexamined*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1992.

_____. Capability and well-being. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. (Orgs.). *The quality of life*. Oxford, Oxford University Press, 1993^a.

_____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, n. 28/29, p. 313-333, 1993^b.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Rationality and Freedom*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

_____. Human rights and capabilities. *Journal of Human Development*, n.6, v.2, p. 151-66, 2005.

_____. *The idea of justice*, London, Allen Lane, 2009.

ANEXO 1 : Modelo Probit utilizado para Minas Gerais e Vale do Mucuri

	Mucuri	Minas Gerais
Sexo	-0.46414 (.005423) 0.000	-0.36698 (.0068737) 0.000
Cor	0.141051 (.0550626) 0.010	0.24494 (.0068503) 0.000
Urbano	0.187416 (.0826055) 0.023	0.207442 (.0148999) 0.000
Rfpc	1.76E-06 (2.64e-07) 0.000	1.71E-06 (3.05e-08) 0.000
Acesso infra	0.098258 (.0668269) 0.141	0.091127 (.0131659) 0.000
Trabalha	0.588664 (.060386) 0.000	0.499892 (.007811) 0.000
Solteiro	0.472923 (.0650129) 0.000	0.45679 (.0069004) 0.000
Densidade morador/dorm.	0.017717 (.0035895) 0.000	0.21278 (.0003475) 0.000
Chefe mulher	-1.27552 (.1372523) 0.000	-1.06931 (.0152283) 0.000
Parente superior	1.089019 (.140326) 0.000	1.12433 (.0150758) 0.000

ANEXO 2: Indicadores de dissimilaridade e Desigualdade de oportunidades

MUNIC	DESC	D	Proporção	IOP
26802	Frei Gaspar	0.3603	0.000985	0.062994
26752	Franciscópolis	0.4031	0.002075	0.123838
66207	Serra dos Aimorés	0.4104	0.001817	0.107135
32701	Itambacuri	0.442	0.003253	0.181506
68606	Teófilo Otoni	0.5081	0.005803	0.285457
65552	Setubinha	0.5414	0.002908	0.133369
44300	Nanuque	0.5496	0.004574	0.206028
48509	Pavão	0.6138	0.003468	0.133942
13701	Carlos Chagas	0.6228	0.002445	0.092225
20151	Crisolita	0.623	0.00148	0.055797
6606	Bertópolis	0.6265	0.003388	0.126524
57658	Santa Helena de Minas	0.6348	0.001981	0.072353
906	Águas Formosas	0.6387	0.00217	0.078394
10806	Campanário	0.6568	0.004959	0.170182
45356	Novo Oriente de Minas	0.6852	0.001876	0.059062
39201	Malacacheta	0.6874	0.003831	0.11977
52402	Pote	0.695	0.002488	0.075894
32305	Itaípe	0.6986	0.004562	0.137511
37007	Ladainha	0.7174	0.002049	0.057893
15458	Catuji	0.7323	0.001342	0.035933
50000	Pescador	0.7329	0.007102	0.189702
13008	Carai	0.7381	0.00315	0.082507
46206	Ouro Verde	0.7748	0.003036	0.068381
27057	Fronteira dos Vales	0.7922	0.001334	0.027725
38906	Machacalis	0.9677	0.001681	0.005429

Fonte: Estimado a partir de dados do Censo (2010)